

CB
20/3/97 14
22

Rio+5 fica só na discussão

Falta de resultados práticos frustra os principais participantes do encontro. Texto final só será conhecido em dez dias

Rio — A conferência ambiental Rio+5 terminou ontem sem cumprir o objetivo de produzir um documento a ser enviado à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em junho. Um racha entre os participantes — cerca de 500 pessoas — impediu a aprovação de recomendações para ajudar os países a colocar em prática o conceito de desenvolvimento sustentável. Diante da falta de consenso, o lema do encontro *Da Agenda para a Ação* perdeu o sentido.

Depois de uma semana de balanço sobre o que foi feito em favor do meio ambiente desde a Rio-92, o evento promovido pela organização não-governamental Conselho da Terra deveria elaborar uma lista de ações necessárias para o cumprimento da Agenda 21, lançada há cinco anos.

O documento que o presidente da entidade, Maurice Strong, pretendia aprovar foi recusado pelos relatores das diferentes comissões. A crise obrigou-o a anunciar a criação de uma comissão para concluir o texto em 10 dias. Muitos participantes do encontro — que custou US\$ 4,5 milhões — ficaram desapontados com a ausência de resultados efetivos.

“O documento rejeitado é muito genérico e não reflete a riqueza das discussões”, comentou o representante da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (Cepal), Roberto Guimarães. Segundo ele, um integrante estagiário do grupo que discutiu mecanismos nacionais para o desenvolvimento sustentável chegou a rasgar o relatório.

Alguns tópicos sugeriam, de forma imprecisa, a inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável nas negociações de seguridade social e emprego. “Ninguém entendeu o que isso quer dizer”, disse Guima-

rães. A falta de consenso foi relatada por representantes de todas as comissões no encerramento do evento. Segundo eles, as mensagens foram tão resumidas que tornaram-se vagas ou ingênuas.

Strong respondeu que a Rio+5 pretendia apenas refletir as realidades expressas no documento e iniciar um processo de discussão. Ele procurou uma construção poética para fortalecer seu ponto de vista. “Se você olhar o centro do átomo, verá o caos”, comparou. “Mas à sua volta, há ordem e fonte de energia”, disse. “A conferência é só um processo e não um acontecimento final”, afirmou.

DOAÇÕES

As declarações feitas na última plenária eram destinadas apenas aos participantes do evento. Strong cancelou a entrevista coletiva marcada para ontem à tarde e evitou declarações à imprensa. O Conselho da Terra, com sede na Costa Rica, recolheu doações de mais de 40 governos e entidades civis para realizar a Rio+5.

A contribuição brasileira foi de aproximadamente US\$ 1,5 milhão, segundo o coordenador financeiro da instituição, Francisco Mata. Entre os colaboradores, estão o governo federal, o governo do Estado do Rio e o Fórum Brasileiro das ONGs. No encerramento do encontro, o prefeito carioca, Luiz Paulo Conde (PFL), sugeriu que o Rio seja transformado em um fórum permanente sobre discussões ambientais.

Para o ambientalista e ex-deputado estadual Liszt Vieira, a falta de um documento conclusivo já era esperada. “O Strong queria aprovar um documento mais conservador, mas as comissões não permitiram”, avaliou. Vieira disse ter ficado surpreso ao saber que pelo menos as reuniões parciais criaram boas conclusões. “Nem isso eu esperava”, concluiu.

Paulo Nicoletti/AJB



No encerramento da conferência presidida por Maurice Strong (em pé), incertezas quanto à preservação ambiental

Índios criticam multinacionais

Rio — Apesar de reconhecer os avanços nos textos de acordos internacionais e documentos discutidos desde a Rio-92, os 12 representantes indígenas de 10 países das Américas, Ásia e Oceania não saem satisfeitos da Rio+5. Eles dizem que os textos — incluindo a Carta da Terra divulgada no dia 18 — de fato, passaram a reproduzir com mais fidelidade a posição das nações indígenas, mas estes avanços ainda não se refletem na realidade.

De acordo com Conrado Valiente, dos Kolla argentinos, e Jesus Alemancia, dos Kuna panamenhos, tem havido uma grande ofensiva de empresas multinacionais sobre as reservas de petróleo e minérios localizadas em território indígena. “Ao negociar novos acordos de mineração, os governos estão negociando nossos recursos e nosso território, mas não somos consultados”, protestou Alemancia.

Já o cacique brasileiro Aniceto Tsudzaware, dos Xavantes de Mato Grosso, pediu a demissão de Júlio Gaiger da presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), por “não estar cumprindo com a obrigação de cuidar da saúde, da demarcação das terras dos índios e das atividades produtivas”. Ele entregou uma carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso, onde os caciques manifestam-se contrários à reestruturação da Funai e ao decreto 1775, que possibilitou a contestação de reservas indígenas já demarcadas.

POLUIÇÃO

Os governos gastam entre US\$ 700 bilhões e US\$ 900 bilhões por ano em subsídios para agricultura, transporte, energia e distribuição de água, mas essa fortuna é quase toda investida em atividades poluentes, denuncia um estudo divulgado na conferência Rio +5. Segundo o holandês

André de Moor, economista do Instituto de Pesquisa em Gastos Públicos e coordenador do relatório, menos de 5% do total de subsídios são investidos na recuperação e preservação do meio ambiente.

A pesquisa foi feita em 40 países, entre eles Estados Unidos, México, Rússia, Canadá e Brasil. Não há dados específicos, porém, sobre os subsídios do governo brasileiro. “Fizemos um levantamento global”, diz André de Moor.

“O estudo diz claramente que os governos estão usando dinheiro de impostos para encorajar formas e padrões de desenvolvimento não sustentáveis. Então, por exemplo, não faz sentido se investir em formas alternativas de energia se por outro lado vai-se subsidiar atividades que levem à emissão de gás carbônico”, afirmou o canadense James MacNeill, integrante do Comitê sobre Subsídios Não-Sustentáveis da Rio +5.